



A NOÇÃO DE *TEXTO* EM HJELMSLEV*

Sémir Badir**

1. O desespero de Hjelmslev

Os comentadores contemporâneos começam a perceber que o cuidado epistemológico na obra de Louis Hjelmslev compreende uma amplitude que é preciso considerar. É assim, por exemplo, que Ivan Almeida, num texto publicado na *Revue Texto*¹, avalia que os *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1943, citados aqui na tradução francesa de 1971) são "revolucionários no plano da epistemologia pura".

Sou igualmente dessa opinião. Se os *Principes de grammaire générale* (1928) manifestam ainda a ambição de uma grande síntese metodológica, logo se poderão distinguir, na obra de Hjelmslev, de um lado, os trabalhos do lingüista indo-europeu, bastante apegado à diversidade e às particularidades das línguas; e, de outro, uma pesquisa em "epistemologia pura", cada vez mais exuberante, apesar dos escrúpulos *ex professo* que são os de sua disciplina e, sem dúvida também, mais geralmente, de sua época.

Os *Prolegômenos* pertencem a essa segunda vertente de atividades. Se atentamo-nos para os imperativos de sua coerência interna, damo-nos conta de que a teoria da linguagem que aí é concebida rompe com alguns axiomas, entre os quais os mais fundamentais da epistemologia lógico-matemática que reina então, quase sem exceção, nas ciências.

Ora, para quem quiser, de fato, crê-lo, a visada epistemológica nunca é "pura". Porque estando destinada a editar na sua atualidade as condições de pesquisas no interior de uma disciplina dada, a epistemologia está necessariamente relacionada a uma luta simbólica engajada pelos pesquisadores num campo instituído de práticas e de posições intelectuais. E Pierre Bourdieu, nas suas *Méditations pascaliennes*, mostrou claramente a que ponto as lutas em torno de questões epistemológicas podem ser duras, favorecendo, tanto institucional quanto intelectualmente, os "defensores" (do antigo sistema) diante dos "adversários" (promotores de um novo sistema).

Hjelmslev foi, segundo creio, no início dos estudos lingüísticos, mas de uma maneira que os transcende, o adversário involuntário (e apesar do seu *Résumé*) de um sistema epistemológico datado: o positivismo lógico.

* Texto originalmente publicado em francês na *Revue Texto*, revista eletrônica de lingüística e semiótica coordenada por François Rastier: BADIR, S. "La notion de *texte* chez Hjelmslev". *Texto!* [em linha] http://www.revue-texto.net/Inedits/Badir/Badir_Notion.html. Tradução brasileira: Carlos Piovezani Filho.

** Semioticista e encarregado de pesquisas do FNRS (Fundo Nacional Belga de Pesquisa Científica) na Universidade de Liège. É autor de obras sobre Hjelmslev (*Hjelmslev*. Paris: Les Belles Lettres, 2000) e sobre Saussure (*Saussure: langage et métalangage*. Paris: L'Harmattan, 2004); organizou ainda, em conjunto com Herman Parret, o livro *Puissances de la voix: corps sentant, corde sensible*. Limoges: PULIM, 2001. (coleção *Nouveaux Actes Sémiotiques*, dirigida por Jacques Fontanille e Alessandro Zinna).

¹ NT.: Trata-se da mesma edição na qual figura o texto de Sémir Badir

Noutros termos, há um "desespero" hjelmsleviano, análogo àquele que impediu Saussure de publicar, que consiste na impossibilidade de conciliar as micro-análises da glossemática com os grandes preceitos epistemológicos que, entretanto, essas análises requerem, mesmo que seja à sua revelia.

A noção de *texto* ilustra de maneira fundamental essa dualidade. De fato, os *Prolegômenos* explicitam duas acepções nitidamente distintas da noção de *texto*, sem, no entanto, tocar diretamente nesse duplo emprego. E se uma dessas acepções responde a necessidades de aplicação aos estudos lingüísticos, a outra tem, verdadeiramente, um destino epistemológico.

2. Um conceito epistemológico

De fato, com a noção de texto abre-se, em princípio, um problema epistemológico que engaja a glossemática no partido do empirismo. Esse problema não impede Hjelmslev de declarar sua teoria da linguagem imanente.

Para estabelecer a articulação entre empirismo da análise e imanência da teoria, é preciso não perder de vista que não é porque uma teoria seja estabelecida unicamente em função da experiência, que ela está *determinada* pelos dados da experiência. Porque se fosse o caso, colocar-se-ia então o problema de saber como são determinados esses próprios dados, fora da teoria que vai considerá-los. Seria preciso, com efeito, que eles fossem predeterminados para que eles mesmos pudessem determinar alguma coisa. Remete-se assim a teoria lingüística a uma determinação extralingüística. Sobretudo, infringe-se o empirismo, uma vez que essa predeterminação dos dados da experiência escapa à experiência em si. O suposto empirismo que se desenvolve por esse intermédio está impregnado, para Hjelmslev, de metafísica "realista", no sentido tomasiano, segundo a qual se concede à realidade uma determinação "intrínseca" que resulta de uma projeção subjetiva sobre os objetos imediatos.

O empirismo hjelmsleviano, ao contrário, ligado à experiência, e somente à experiência, não pode contar com essa predeterminação dos dados. A teoria não pode desde então ser determinada pelos dados da experiência, ainda que na experiência sejam exclusivamente esses dados que se querem atingir graças à teoria.

No quadro da análise lingüística, os dados da experiência são, mais precisamente, designados por Hjelmslev como *textos*:

[...] esses dados [da experiência] são, para o lingüista, o *texto* na sua totalidade absoluta e não analisada. (1971, p. 21)

Os textos não se constituem como os objetos específicos da lingüística, porque lhes falta, precisamente, a possibilidade de serem determinados, previamente à análise. É justamente a partir deles que são constituídos os objetos específicos da lingüística, mas essa especificidade não pode ser reconhecida senão *a posteriori*, uma vez a análise tenha sido realizada.

Hjelmslev chama esses objetos, que são, *a posteriori*, os objetos específicos da análise lingüística, mas que se deduzem exclusivamente dos textos, de *formas lingüísticas*.

Como corolário, é preciso distinguir dois tipos de objetos não-formais: aqueles que são e aqueles que não são dependentes da forma. Os primeiros são chamados de *manifestações*, os segundos de *realizações*. As manifestações abrem o campo do possível; as realizações, o do fato. A análise lingüística consiste em considerar os *atos* de linguagem *como possíveis*, a partir de sua formalização.

3. Um conceito lingüístico

A situação da noção de texto permanece, todavia, ambígua nos *Prolegômenos*, porque ela é equivalente tanto da manifestação quanto da realização lingüística. Nós a havíamos considerado até o momento como realização, em função de alguns desenvolvimentos explícitos dos *Prolegômenos*, tais como:

É portanto impossível ter um texto sem que uma língua lhe seja subjacente. Uma língua pode, ao contrário, existir sem que se encontre texto construído nessa língua. Isso quer dizer que essa língua está prevista pela teoria da linguagem como um sistema possível, sem que nenhum processo correspondente a ela tenha sido realizado. O processo textual é *virtual*. (op. cit., p. 56)

Mas, mais adiante nos *Prolegômenos*, Hjelmslev aproxima o texto da sintagmática, sem se preocupar em definir se essa última é ou não realizada. A definição do texto é então somente a definição de uma sintagmática *lingüística*, cuja particularidade só dependente de uma propriedade de manifestação:

Uma *língua* pode ser definida como uma paradigmática na qual os paradigmas manifestam-se por todos os sentidos, e um *texto* pode ser definido de maneira análoga como uma sintagmática cujas cadeias são manifestadas por todos os sentidos. [...] Na prática, uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas quanto todas as estruturas semióticas concebíveis. Essa tradutibilidade resulta do fato de que as línguas, e apenas elas, são capazes de formar qualquer sentido [...]. (ibid., p. 137-138)

Essa definição, vemo-lo, está bastante distante da acepção de *texto* como "dado de análise". Hjelmslev explica a discrepância nesses termos:

Se podemos falar de dados [...], esses dados são, para o lingüista, o *texto* na sua totalidade absoluta e não analisada (*undivided and absolute integrity*). O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende (*to order a system to the process of that text*²) é uma análise que considere o texto como uma classe analisável em componentes. (ibid., p. 21; nós sublinhamos)

A tradução francesa mascara um elemento importante do pensamento hjelmsleviano: o texto é uma sintagmática *enquanto ele esteja submetido à análise*³.

² NT.: Em inglês no original francês.

³ NT.: " *en tant qu'il est soumis à l'analyse*", no original.

O texto reúne então o antes e o depois da análise. *Antes* da análise, ele é um dado; *durante*, ele é reconhecido como semiótico, e, nesse quadro de análise, como uma sintagmática. O texto é assim, ao mesmo tempo, uma condição e um dos resultados da análise – o outro resultado sendo a língua, isto é, para Hjelmslev, uma paradigmática.

4. Os níveis semióticos

Vários dados teóricos dos *Prolegômenos* devem ser aqui arrolados para que se possa compreender o alcance do duplo papel do texto.

Fundamentalmente, a sintagmática se opõe à paradigmática pelo fato de que ela, e somente ela, é pressuposta pela manifestação. Uma manifestação semiótica é, com efeito, uma função entre uma forma – dita *manifestada* – e uma substância – *manifestante* – numa sintagmática (o que se deduz facilmente da definição da manifestação e dos termos que a definem: a manifestação é uma seleção; uma seleção é uma determinação entre termos *num processo*; uma determinação é uma função entre uma variável e uma constante). Por extensão, poder-se-á falar de uma "manifestação substancial" da forma lingüística. Porque é somente pela manifestação que a substância desempenha um papel na descrição lingüística. A forma, em contrapartida, pode ser descrita, por meio da noção de interdependência, fora de qualquer consideração sobre a manifestação: numa paradigmática, algumas funções semióticas são interdependentes, isto é, funções estabelecidas entre duas constantes; nem a manifestação nem a substância nela intervêm.

Essas interdependências paradigmáticas fundam nossa representação mais comum de língua, considerada na sua integridade e na sua unidade.

Entretanto, não estão aí as únicas funções consideradas pela análise lingüística. Essa é a razão pela qual é preciso estar atento à distinção bastante nítida nos *Prolegômenos* entre a *língua*, que não é senão uma paradigmática, e a *semiótica denotativa*, na qual se acrescentam as funções sintagmáticas. Também estaríamos equivocados se crêssemos que Hjelmslev limita a análise lingüística às funções paradigmáticas; é certo que, ao contrário, sua teoria prevê igualmente a análise dos aspectos sintagmáticos dos fatos da fala.

Simplemente, pode-se pensar que Hjelmslev houve por bem reservar o termo "língua" à sua representação mais usual, e conceder ao "texto" aquilo que o termo designa geralmente para seus usuários: não um "dado de análise", o que ele é, necessariamente e antes de tudo, para o lingüista, mas o produto da "faculdade de linguagem" (e mesmo, em comparação com *enunciado*, que poderia ter sido oportuno, um produto *analisado, escolarizado*: tais são, sem dúvida, as conotações, ligadas à escrita, que prevaleceram na opção por *texto*).

Por qual razão a ambigüidade do *texto* traz um inconveniente? A definição de texto permite interpretar que as cadeias sintagmáticas, ou cadeias textuais têm a possibilidade de serem *manifestadas*. Ora – acabamos de precisá-lo – não há senão uma única coisa que possa ser chamada de manifestada: uma forma. A contradição é então inevitável: se o texto é uma forma, é necessário que o sistema, isto é, a paradigmática, considere-o como tal; o sistema, desde então, não poderia mais ser isolado do texto, visto que o texto já é por ele mesmo uma forma.

Essa contradição, no entanto, somente afirma a necessidade de situar exatamente o nível de apreensão das definições. Sabemo-lo, forma, substância e matéria são fúntivos intercambiáveis de uma semiótica a outra. Assim o texto é uma matéria, até mesmo uma substância, na análise lingüística; por outro lado, na metalinguagem lingüística, estando suscetível de tornar-se objeto de uma meta-semiótica de segundo grau, ele é a descrição de uma forma.

Hjelmslev foi o primeiro no âmbito da lingüística a estabelecer a possibilidade teórica de distinguir um nível de *análise dos dados* (nível semiótico) de um nível de *descrição em objetos* (nível meta-semiótico); mas ele não pôde, ao mesmo tempo, uma vez que essa distinção não chega senão no fim dos *Prolegômenos* (no capítulo 22, consagrado às semióticas conotativas e às meta-semióticas) evitar absolutamente a hipóstase das formas lingüísticas sobre os dados textuais, dada a intensidade coercitiva, nas suas bases epistêmicas, das influências da tradição científica e das representações do senso-comum.

A noção de texto é, por conseguinte, nos *Prolegômenos*, ambivalente não por acidente, mas por coerção contextual. No hiato que ela ocasiona, a noção de texto manifesta o que propus chamar de o "desespero" hjelmsleviano: o de um inevitável compromisso entre a ambição de uma total coerência teórica e a preocupação de adequação aos fatos ordinariamente restabelecidos pelos estudos lingüísticos. O texto hjelmsleviano testemunha uma *condição histórica*, em todos os sentidos da expressão.